



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Pará

PR-PA-00000000/202X

TERMO DE CONTRATO Nº XX/202X

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE, ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO, A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ E, DE OUTRO,, DA SEGUINTE FORMA:

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ - PR/PA**, inscrita no Cartão Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob número: 26.989.715/0019-31, localizada na Rua Domingos Marreiros, nº 690, Bairro: Umarizal, Cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66.055-215, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, representada neste ato pelo seu Secretário Estadual, Senhor....., e, de outro lado, neste ato representada por, tendo em vista o contido no Processo Administrativo Licitatório, N.º 1.23.000.001262/2022-55, e em observância às disposições da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar n.º 123/2006 – Estatuto ME/EPP, do Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto n.º 8.538/2015, do Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto n.º 10.024/2019, da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05, de 26 de maio de 2017, e suas alterações, e da IN MPF n.º 02/2020 bem como demais normativos legais e infralegais, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços – **PE-SRP, N. : 02/2022 da PR/PA**, e da Ata de Registro de Preços – **ARP, N.º**, da **PR/PA**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de 04 (quatro) embarcações, tipo lancha, sendo 01 (uma) para atender a **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ - PR/PA** (Belém), e 03 (três) para atender as **PROCURADORIAS DA REPÚBLICA NOS MUNICÍPIOS SANTARÉM/PA, MARABÁ/PA e ALTAMIRA/PA**, especialmente em áreas com comunidades de interesse público abrangidas pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, bem como no Termo de Referência, anexo do edital correspondente, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LICITAÇÃO

CONTRATO XX/202X CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA E XX

2.1. O objeto ora contratado será regido pelas disposições estipuladas neste termo de contrato, no Edital do Pregão Eletrônico SRP Nº 02/2022 da PR/PA, no correspondente Termo de Referência anexo do edital, na Ata de Registro de Preços – **ARP, N.º**, da PR/PA, nas obrigações assumidas pela CONTRATADA na sua proposta comercial e nos demais documentos constantes do Processo Administrativo Licitatório, N.º 1.23.000.001262/2022-55, e do Processo de Contratação nº 1.23.000.XXXXXX/XX-XX, (PGEA de contratação do MPF-PR/PA) que integram este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 A forma de execução deste contrato é indireta, no regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

4.1. As características e especificações técnicas do objeto constam do **Anexo I.A Termo de Referência** e da proposta comercial da CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Item 1 - BELÉM/PA:

- Lancha cabinada de fibra de vidro;
- Casco: fibra de vidro;
- Comprimento do casco: mínimo 8,50m;
- Boca máxima: 2,50m;
- Calado leve: 0,20m;
- Pontal: 1,10m;
- Capacidade de carga (PMC): 2,0 ton;
- Lotação: 10/12 com pernoite;
- Potência: 240 a 300 HP;
- Tanque de combustível com bocal externo: 250 litros;
- Motor: diesel (centro-rabeta), 4 cilindros;
- Informações complementares no anexo I-A ao TR.

CLÁUSULA QUINTA – DA ENTREGA

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 90 (noventa) dias, contados a partir da assinatura eletrônica do contrato pelo Secretário Estadual da PRPA. A licitante vencedora terá um prazo máximo de 03 (três) dias corridos para a assinatura do contrato. O link para assinatura será enviado por e-mail por meio do sistema Único do MPF.

5.2. Os endereços para as entregas das embarcações nas cidades de Belém, Altamira, Marabá e Santarém, todas no Estado do Pará, serão repassados em momento oportuno.

5.3. Os bens serão recebidos, provisoriamente, no prazo de 90 (noventa) dias, em remessa única, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior

CONTRATO XX/202X CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA E XX

verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades previstas no Termo de Referência.

5.5. Os bens serão recebidos, definitivamente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA CONTRATUAL DA EMBARCAÇÃO

6.1. A garantia da(s) embarcação(ões), motorização e acessórios que compõem os seus diversos sistemas deverão ser atendidas da seguinte forma pela Contratada:

6.1.1. Para o casco e seus acessórios – 36 (trinta e seis) meses;

6.1.2. Para a motorização e propulsão – 12 (doze) meses;

6.1.3. Demais sistemas – 12 (doze) meses; e

6.1.4. Acessórios e/equipamentos eletrônicos – 12 meses

6.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

6.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

6.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

6.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

CONTRATO XX/202X CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA E XX

6.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

6.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.

6.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

6.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

6.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

6.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo ao Edital correspondente.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

CONTRATO XX/202X CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA E XX

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO VALOR

O valor total deste contrato é de **R\$ XXXXXXX,XX (XXXXXXXXXX)**, consoante a tabela demonstrativa abaixo:

| Item | Descrição | Localização | Qtd. | Valor Unitário (R\$) | Valor total (R\$) |
|---------------|------------------------------------|-------------|------|----------------------|-------------------|
| 1 | Lancha cabinada de fibra de vidro. | Belém | 1 | XXXX,XX | XXXX,XX |
| Valor Total → | | | | | XXXX,XX |

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data de início da vigência da Ata de Registro de Preços e, no que couber, estabelecido no Termo de Referência anexo ao Edital correspondente.

11.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, pelo índice do IPCA, mesmo índice pelo qual o custeio básico da Administração Pública é reajustado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

CONTRATO XX/202X CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA E XX

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

11.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pois a entrega do objeto dar-se-á de forma única, não havendo parcelamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

13.1. No interesse da Administração Pública, o valor contratado poderá ser acrescido ou suprimido na forma do disposto no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do Orçamento-Geral da União, consignados ao Ministério Público da União, de acordo com as respectivas dotações orçamentárias da CONTRATANTE, no Programa/Atividade XXXXXXXXXXXXX, Elemento de Despesa XXXXXXXXX, dos recursos específicos consignados no orçamento do Ministério Público Federal para o exercício de 2022/2023.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Para a cobertura das despesas relativas ao corrente exercício, foi emitida, em XX.XX.XXXX, a Nota de Empenho XXXXXXXXXXXXX, no valor de **R\$ XXXXXX,XX**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento do objeto, salvo quando houver pendência de liquidação ou do recebimento. O pagamento será realizado com crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

15.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º,

CONTRATO XX/202X CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA E XX

§ 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

15.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.15.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

15.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

15.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação

CONTRATO XX/202X CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA E XX

junto ao SICAF.

15.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.12.2. A nota fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos consignados na nota de empenho, em nome da Procuradoria da República no Estado do Pará, CNPJ nº 26.989.715/0019-31. No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, deve notificar a CONTRATADA a substituí-la em 3 (três) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

15.12.3. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devido pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional deverá apresentar junto à Nota Fiscal à devida comprovação (Declaração de Optante do Simples) a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a IN RFB n. 1.234/2012.

15.12.4. Como orientação à instrução dos processos de contratação, a Solução de Consulta nº 61 - Cosit da Receita Federal do Brasil esclarece que nas contratações de empresas optantes pelo Simples Nacional, as pessoas jurídicas contratadas devem apresentar ao órgão contratante a declaração de optante, conforme o anexo IV da IN RFB 1.234/2012. A cópia da consulta da situação de optante no Portal do Simples na internet não substitui a declaração, e é válida somente para verificação da manutenção como optante na etapa de pagamento.

15.12.5. A comprovação de optante pelo Simples Nacional é condição necessária para que não ocorra no momento do pagamento a retenção do IR e das contribuições previstas na IN RFB n.º 1.234/2012.

15.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros demora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

CONTRATO XX/202X CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA E XX

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

365

15.14. Sem prejuízo no que consta na Portaria SG/MPF n.º 174/2019 (<http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/>).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii) Multa;
- iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

16.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CONTRATO XX/202X CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA E XX

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR

16.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração

CONTRATO XX/202X CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA E XX

Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16.14. Como norma que disciplinará as sanções administrativas que porventura sejam necessárias ao contrato ou a instrumento equivalente e ao certame licitatório, fica acordado o uso da Instrução Normativa n.º 02/2020/SG/MPF, podendo ser acessado pelo link <http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/>, que estabelece parâmetros para aplicação de penalidades nas infrações cometidas em certames licitatórios e contratos administrativos ou equivalentes no âmbito do MPF, sem prejuízo no que consta no capítulo IX da Portaria SG/MPF n.º 174/2019, acessado pelo link acima.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

17.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO

18.1 O contrato poderá ser rescindido em qualquer das hipóteses ou circunstâncias elencadas no art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A rescisão do contrato poderá ser:

- I. Unilateral, por ato escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93, mediante notificação por meio de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo das penalidades previstas no contrato;
- II. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração; e
- III. Judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO QUARTO. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

PARÁGRAFO QUINTO. Na rescisão unilateral de que trata o inciso I do art. 79 da Lei 8.666/93, são assegurados à CONTRATANTE os seguintes direitos, sem prejuízo de sanções aplicáveis à CONTRATADA:

CONTRATO XX/202X CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA E XX

- I. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado de local em que se encontrar, por ato próprio da CONTRATANTE;
- II. Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V da Lei 8.666/93;
- III. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
- IV. Retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

19.1. O prazo de vigência deste contrato é de **12 (doze) meses**, iniciando-se em XX.XX.XXXX e encerrando-se em XX.XX.XXXX.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

20.1. Nos critérios de sustentabilidade a Contratada deverá atentar para as boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios, menos poluição além de fazer o uso racional de água e energia, equipamentos com redução de consumo;

20.2. Atender no que couber, as diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, em especial:

20.2.1. Menor impacto sobre os recursos naturais, como flora, fauna, ar, solo e água; preferência por materiais, tecnologias, e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferência com mão de obra local; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambiental regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

20.2.2. Além de observar, no que couber, as legislações vigentes no que tange à sustentabilidade, IN n. 01/2010 – MPDG e o Guia de Sustentabilidade do MPF.

20.2.3. Normas técnicas a serem observadas:

20.2.3.1 Normas da Autoridade Marítima – NORMAM, no que couber aos equipamentos objeto deste Termo de Referência, com destaque as NORMAM's 2 e 5;

20.2.3.2. As normas da ABNT referentes aos equipamentos objeto deste Termo de Referência;

20.2.3.3. Prescrições e recomendações dos fabricantes; e

20.2.3.4. Demais normas pertinentes ao objeto a ser contratado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

CONTRATO XX/202X CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA E XXX

21.1 A publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial e de seus Termos Aditivos que porventura vierem a ocorrer deverá ser providenciada pela Administração, às suas expensas, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Estado do Pará, Comarca de Belém, com exclusão de outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, os representantes da CONTRATANTE e da CONTRATADA, bem como as testemunhas abaixo identificadas e nominadas, assinam eletronicamente o presente Termo de Contrato, para que produza os seus devidos efeitos legais.

Belém/PA, XX de XXXXXXXX de 202X

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Secretário Estadual da PR/PA

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF: XXX.XXX.XXX-XX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CPF: XXX.XXX.XXX-XX